

JESSÉ TORRES PEREIRA JUNIOR  
JULIANO HEINEN  
MARINÊS RESTELATTO DOTTI  
RAFAEL MAFFINI

COMENTÁRIOS  
À LEI DAS EMPRESAS ESTATAIS

Lei nº 13.303/16

Belo Horizonte



2018

© 2018 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

## Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Brito	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Carmen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

C732 Comentários à Lei das Empresas Estatais: Lei nº 13.303/16/ Jessé Torres Pereira Junior ...[et al.] – Belo Horizonte : Fórum, 2018.

805 p.

Autores: Jessé Torres Pereira Junior, Juliano Heinen, Marinês Restelatto Dotti, Rafael Maffini

ISBN: 978-85-450-0463-9

1. Direito Administrativo. I. Pereira Junior, Jessé Torres. II. Heinen, Juliano. III. Dotti, Marinês Restelatto. IV. Maffini, Rafael. V. Título.

CDD 341.3  
CDU 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres et al. *Comentários à Lei das Empresas Estatais: Lei nº 13.303/16*. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 805 p. ISBN 978-85-450-0463-9.

1123765

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	27
--------------------	----

**COMENTÁRIOS – ARTIGOS 1º-27**  
**RAFAEL MAFFINI**

**TÍTULO I**

<b>DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS ÀS EMPRESAS PÚBLICAS E ÀS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA .....</b>	<b>31</b>
--	-----------

**CAPÍTULO I**

<b>DISPOSIÇÕES PRELIMINARES .....</b>	<b>31</b>
---------------------------------------	-----------

<b>Art. 1º .....</b>	<b>31</b>
----------------------	-----------

1. Considerações introdutórias .....	32
2. Questão da competência legislativa .....	34
3. Objeto da Lei nº 13.303/2016.....	37
4. Aplicação da Lei nº 13.303/2016 às estatais que prestam serviços públicos.....	38
5. Empresas estatais de pequeno porte.....	42

<b>Arts. 2º, 3º e 4º .....</b>	<b>44</b>
--------------------------------	-----------

1. Formas de atuação (intervenção) do Estado na Ordem Econômica .....	45
2. Requisitos de criação de empresas públicas e sociedades de economia mista .....	46
3. Criação de subsidiárias e participação acionária em empresas privadas.....	49
4. Comparação entre empresas públicas e sociedades de economia mista.....	51
5. Conceito legal e características das empresas públicas .....	53
6. Conceito legal e características das sociedades de economia mista .....	55

**CAPÍTULO II**

<b>DO REGIME SOCIETÁRIO DA EMPRESA PÚBLICA E DA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA .....</b>	<b>57</b>
---	-----------

**Seção I**

<b>Das Normas Gerais .....</b>	<b>57</b>
--------------------------------	-----------

<b>Arts. 5º, 6º, 7º e 8º .....</b>	<b>57</b>
------------------------------------	-----------

<b>Art. 9º</b> .....	58
<b>Arts. 10, 11 e 12</b> .....	59
<b>Art. 13</b> .....	60
1. Aspectos gerais do regime societário das empresas estatais.....	60
2. Deveres de governança corporativa, de transparência, de gestão de risco e de controle interno.....	63
3. Comitê de Elegibilidade .....	70
4. Arbitragem .....	74
5. Diretrizes e restrições legais para a estruturação e funcionamento das empresas estatais .....	76
 Seção II	
<b>Do Acionista Controlador</b> .....	79
<b>Arts. 14 e 15</b> .....	79
 Seção III	
<b>Do Administrador</b> .....	83
<b>Arts. 16 e 17</b> .....	83
1. Do regime jurídico aplicável aos administradores das estatais .....	85
2. Dos requisitos e vedações aplicáveis na indicação dos membros do Conselho de Administração e na Diretoria.....	87
3. Outros institutos decorrentes da profissionalização das estatais .....	98
 Seção IV	
<b>Do Conselho de Administração</b> .....	99
<b>Arts. 18, 19, 20 e 21</b> .....	99
1. Das competências do Conselho de Administração das estatais.....	100
2. Participação de representante dos empregados no Conselho de Administração .....	101
3. Participação de representante dos acionistas minoritários no Conselho de Administração .....	103
4. Limite de participação remunerada de membros da administração pública em Conselhos de Administração.....	104
 Seção V	
<b>Do Membro Independente do Conselho de Administração</b> .....	106
<b>Art. 22</b> .....	106

## Seção VI

<b>Da Diretoria .....</b>	<b>109</b>
---------------------------	------------

<b>Art. 23.....</b>	<b>109</b>
---------------------	------------

## Seção VII

<b>Do Comitê de Auditoria Estatutário.....</b>	<b>111</b>
--	------------

<b>Art. 24.....</b>	<b>111</b>
---------------------	------------

<b>Art. 25.....</b>	<b>112</b>
---------------------	------------

1. Competências e funcionamento do Comitê de Auditoria Estatutário .....	113
2. Composição do Comitê de Auditoria Estatutário e requisitos para a indicação de seus membros.....	114

## Seção VIII

<b>Do Conselho Fiscal.....</b>	<b>116</b>
--------------------------------	------------

<b>Art. 26.....</b>	<b>116</b>
---------------------	------------

## CAPÍTULO III

<b>DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA PÚBLICA E DA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA.....</b>	<b>120</b>
--	------------

<b>Art. 27.....</b>	<b>120</b>
---------------------	------------

REFERÊNCIAS .....	123
-------------------	-----

## COMENTÁRIOS – ARTIGOS 28-67

JESSÉ TORRES PEREIRA JUNIOR E MARINÊS RESTELATTO DOTTI

## TÍTULO II

<b>DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS ÀS EMPRESAS PÚBLICAS, ÀS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E ÀS SUAS SUBSIDIÁRIAS QUE EXPLOREM ATIVIDADE ECONÔMICA DE PRODUÇÃO OU COMERCIALIZAÇÃO DE BENS OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, AINDA QUE A ATIVIDADE ECONÔMICA ESTEJA SUJEITA AO REGIME DE MONOPÓLIO DA UNIÃO OU SEJA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS .....</b>	<b>125</b>
--	------------

## CAPÍTULO I

<b>DAS LICITAÇÕES.....</b>	<b>125</b>
----------------------------	------------

## Seção I

<b>Da Exigência de Licitação e dos Casos de Dispensa e de Inexigibilidade .....</b>	<b>125</b>
---	------------

<b>Art. 28.....</b>	<b>125</b>
---------------------	------------

1. Procedimento licitatório .....	127
2. Autoaplicabilidade do regime de licitação e contratação da Lei nº 13.303/16.....	128
3. Revogação do Decreto nº 2.745/98 (regulamento de licitações e contratações da Petrobras).....	129
4. Afastamento do procedimento licitatório.....	129

5.	Aplicabilidade da Lei nº 13.303/16 em licitações realizadas por empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços .....	132
6.	Comercialização, prestação ou execução, de forma direta, de produtos, serviços ou obras especificamente relacionados aos objetos sociais das empresas estatais .....	134
7.	Contratos de terceirização de mão de obra .....	143
8.	Contratação de advogado para atuar na defesa de dirigente da empresa estatal.....	145
9.	Alienação de bens e ativos .....	147
10.	Tratamento privilegiado às entidades de menor porte .....	147
11.	Aplicação do Decreto federal nº 8.538/15 .....	148
12.	Momento apropriado para aferição da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.....	149
13.	Prazo especial para regularização da situação fiscal.....	150
13.1	Regularização tão só da situação fiscal .....	150
14.	Aplicabilidade do art. 81 da Lei nº 8.666/93 .....	151
15.	Documentos comprobatórios da regularidade fiscal da entidade de menor porte .....	151
16.	Exigência de regularidade fiscal nas licitações e contratações das empresas estatais .....	153
17.	Empate ficto e aplicação do art. 44, §1º, da Lei Complementar nº 123/06.....	153
18.	Participação exclusiva de entidades de menor porte em licitação dividida em itens ou lotes/grupos.....	154
19.	Subcontratação .....	155
20.	Reserva de cotas.....	157
21.	Contratação preferencial de entidades de menor porte .....	158
22.	Tratamento favorecido aplicável às sociedades cooperativas .....	158
23.	O minudente tratamento diferenciado deferido às microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas em licitações e contratações .....	159
24.	Aplicação da Lei nº 13.303/16, no que couber, aos convênios e contratos de patrocínio .....	159
25.	Natureza jurídica do patrocínio.....	159
26.	Restrições à concessão de patrocínio .....	160
27.	Inaplicabilidade de licitação prévia para a concessão de patrocínio.....	160
28.	Convênio .....	161
29.	Realização de licitação para a celebração de convênio .....	162
30.	Prévia licitação para a celebração de ajuste com entidade privada sem fins lucrativos .....	162
31.	Inaplicabilidade de prévia licitação para a celebração de convênio com ente público .....	163
32.	Ajustes celebrados com organizações da sociedade civil .....	163
33.	Processo seletivo para a escolha da organização da sociedade civil .....	164
34.	Ajustes celebrados com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).....	165
35.	Análise do histórico de envolvimento com corrupção ou fraude na celebração de convênio.....	166
36.	Adoção de controles e políticas de integridade .....	166
37.	Vedações à celebração de convênios e contratos de patrocínio .....	167
38.	Vedação à celebração de convênio e contrato de patrocínio com dirigente de partido político .....	167

39.	Vedação à celebração de convênio e contrato de patrocínio com titular de mandato eletivo.....	167
40.	Vedação à celebração de convênio e contrato de patrocínio com empregado ou administrador de empresa estatal, ou com seus parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau, e também com pessoa jurídica cujo proprietário ou administrador seja uma dessas pessoas.....	168

<b>Art. 29.....</b>	<b>170</b>
1. Regra geral da licitação .....	172
2. Distinção entre dispensa e inexigibilidade de licitação.....	173
3. Rol taxativo.....	173
4. Fornecedor exclusivo e dispensa de licitação.....	173
5. Dispensa de licitação em razão do valor (art. 29, I e II) .....	174
6. Preferência às entidades de menor porte nas contratações diretas pelo valor .....	176
7. Alteração de valores autorizadores da dispensa de licitação .....	177
8. Dispensa decorrente de licitação deserta (art. 29, III) .....	178
9. Dispensa decorrente de licitação frustrada (art. 29, IV).....	178
10. Dispensa de licitação para locação ou compra de imóvel (art. 29, V) .....	179
11. Locação nos contratos de construção ajustada, locação sob medida ou "built to suit" .....	180
12. Dispensa de licitação na contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento (art. 29, VI).....	182
13. Dispensa de licitação na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso (art. 29, VII) .....	183
14. Dispensa de licitação para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica (art. 29, VIII) .....	184
15. Dispensa de licitação na contratação de associação de pessoas com deficiência física (art. 29, IX) .....	184
16. Dispensa de licitação na contratação de concessionário, permissionário ou autorizado para fornecimento ou suprimento de energia elétrica ou gás natural e de outras prestadoras de serviço público (art. 29, X) .....	185
17. Dispensa de licitação nas contratações entre empresas públicas ou sociedades de economia mista e suas respectivas subsidiárias (art. 29, XI) .....	186
18. Dispensa de licitação na contratação de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis (art. 29, XII) .....	187
19. Dispensa de licitação para o fornecimento de bens e serviços envoltivos de complexidade tecnológica e defesa nacional (art. 29, XIII).....	188
20. Dispensa de licitação para as contratações que visem ao cumprimento do disposto nos arts. 3º, 4º, 5º e 20 da Lei nº 10.973/04 (art. 29, XIV).....	189
21. Dispensa de licitação decorrente de situação emergencial (art. 29, XV) .....	191
22. Contratação emergencial decorrente de desídia administrativa .....	192
23. Responsabilidade por ato de improbidade administrativa em razão de conduta que tenha dado causa à situação emergencial .....	193
24. Responsabilidade por ato de improbidade administrativa em razão de conduta que dispense indevidamente o procedimento licitatório .....	194

25.	Dispensa de licitação na transferência de bens a órgãos e entidades da administração pública (art. 29, XVI) .....	196
26.	Dispensa de licitação na doação de bens móveis para fins e usos de interesse social (art. 29, XVII) .....	196
27.	Justificativa dos atos que transferem o domínio de bens a órgãos e entidades da administração pública e a terceiros privados.....	198
28.	Dispensa de licitação na compra e venda de ações, de títulos de crédito e de dívida e de bens que as empresas estatais produzam ou comercializem (art. 29, XVIII) .....	198
28.1	Regime especial de desinvestimento das sociedades de economia mista .....	199
29.	Dispensa indevida de licitação e presunção de prejuízo ao erário.....	200

## **Art. 30.....** 201

1.	Inexigibilidade de licitação .....	202
2.	Rol exemplificativo.....	202
3.	Fornecedor exclusivo .....	202
4.	Competência para atestar a exclusividade do fornecedor .....	204
5.	Serviços técnicos especializados .....	204
6.	Singularidade do objeto .....	204
7.	Notória especialização.....	205
8.	Sobrepreço ou superfaturamento .....	205
9.	Formalidades legais .....	207
10.	Razão da escolha do fornecedor ou executante.....	207
11.	Justificativa do preço.....	208

## Seção II

## **Disposições de Caráter Geral sobre Licitações e Contratos.....** 209

## **Art. 31.....** 209

1.	Seleção da proposta mais vantajosa .....	210
2.	Sobrepreço.....	211
3.	A consulta baseada em três orçamentos .....	214
4.	Margem de tolerância para a aceitação da melhor proposta.....	215
5.	Providências a serem tomadas pela empresa uma vez verificada a existência de sobrepreço no curso do contrato .....	215
6.	Superfaturamento.....	216
7.	Medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas.....	217
8.	Deficiência na execução de obras e serviços de engenharia, de que resulte diminuição da qualidade, da vida útil ou da segurança .....	217
9.	Alterações no orçamento de obras e de serviços de engenharia geradoras de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratado.....	218
10.	Alterações de cláusulas financeiras que gerem recebimentos contratuais antecipados, distorção do cronograma físico-financeiro, prorrogação injustificada do prazo contratual com custos adicionais para a empresa pública ou a sociedade de economia mista, ou reajuste irregular de preços.....	220
11.	Alterações de cláusulas financeiras geradoras de recebimentos contratuais antecipados ...	220



12.	Distorção do cronograma físico-financeiro .....	221
13.	Planilha de formação de custos.....	223
14.	Prorrogação injustificada de prazo contratual, com custos adicionais para a empresa pública ou a sociedade de economia mista .....	224
15.	Reajuste irregular de preços .....	224
16.	Responsabilidade decorrente de superfaturamento nas contratações diretas.....	225
17.	Precedentes do Tribunal de Contas da União a respeito do superfaturamento.....	225
18.	Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi e Sistema de Custos Referenciais de Obras – Sicro.....	227
19.	Princípios.....	230
19.1	Legalidade.....	230
19.2	Impessoalidade .....	231
19.3	Moralidade .....	232
19.4	Igualdade .....	232
19.5	Publicidade .....	233
19.6	Eficiência .....	234
19.7	Probidade administrativa .....	235
19.7.1	Sujeitos passivos do ato de improbidade administrativa.....	236
19.7.2	Sujeitos ativos do ato de improbidade administrativa.....	237
19.8	Economicidade .....	237
19.9	Desenvolvimento nacional sustentável .....	238
19.10	Vinculação ao instrumento convocatório .....	241
19.11	Competitividade .....	241
19.12	Julgamento objetivo .....	242
20.	Procedimento de manifestação de interesse privado.....	242
<b>Art. 32.</b>	.....	244
1.	Diretriz.....	245
2.	Padronização do objeto da licitação .....	245
3.	Padronização de instrumentos convocatórios e minutas de contratos.....	247
4.	Exame de minutas de instrumentos convocatórios e contratos pela assessoria jurídica.....	247
5.	Busca da maior vantagem para a empresa pública ou sociedade de economia mista .....	250
6.	Parcelamento do objeto.....	251
6.1	Parcelamento do objeto em lotes ou grupos.....	252
7.	Serviços distintos.....	254
8.	Fracionamento de despesa.....	254
9.	Planejamento .....	255
10.	Adoção preferencial do pregão .....	256
11.	Forma eletrônica do pregão.....	257
12.	Bens e serviços de natureza comum .....	260
13.	Bens e serviços de tecnologia da informação .....	260
14.	Utilização do pregão na contratação de serviço de engenharia .....	261
15.	Aplicação de sanção na modalidade pregão .....	261

16.	Utilização da modalidade pregão e aplicação de sanções decorrentes de atraso injustificado na execução do contrato ou de sua inexecução parcial ou total .....	264
17.	Política de integridade .....	265
18.	Respeito a normas de caráter ambiental, urbanístico e de proteção ao patrimônio imaterial.....	271
19.	Danos ambientais.....	271
20.	Prescrições de caráter ambiental .....	272
21.	Normas de sustentabilidade nas contratações da administração pública .....	272
22.	Acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida .....	273
<b>Art. 33</b> .....		277
<b>Art. 34</b> .....		279
1.	Sigilo do orçamento.....	279
2.	Momento da divulgação do valor estimado do contrato.....	287
3.	Divulgação do orçamento estimado da contratação na modalidade do pregão.....	288
4.	Mitigação da regra do sigilo .....	289
5.	Orçamento estimado do objeto acessível aos órgãos de controle, interno e externo.....	289
6.	Responsabilidade do agente público decorrente da divulgação, permissão da divulgação ou do acesso ao valor sigiloso atribuído ao objeto da licitação.....	291
<b>Art. 35</b> .....		294
<b>Art. 36</b> .....		298
<b>Art. 37</b> .....		299
1.	Sanções aplicáveis na fase de execução contratual .....	299
1.1	Advertência.....	299
1.2	Multa.....	300
1.3	Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora.....	300
2.	Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP .....	301
3.	Impedimento para disputar licitação ou participar, direta ou indiretamente, da execução de contrato.....	302
4.	Impedimento para disputar licitação ou participar, direta ou indiretamente, da execução de contrato em razão de outras sanções.....	303
5.	Extinção dos motivos que deram causa à restrição.....	308
<b>Art. 38</b> .....		309
1.	Impedimento decorrente da condição de administrador ou acionista de empresa .....	310
2.	Impedimento decorrente da aplicação de sanção de suspensão.....	310
3.	Vedação à participação indireta da execução de contrato.....	310
4.	Declaração de inidoneidade.....	310
5.	Impedimento resultante da condição de sócio ou administrador de empresa sancionada com proibição para participar de licitações e contratar com o poder público .....	314

6.	Vedação à contratação de empregado ou dirigente da empresa estatal .....	316
7.	Vedação baseada na relação de parentesco .....	316
8.	Vedação baseada na permanência de vínculos .....	318

#### **Art. 39..... 319**

1.	Divulgação na internet .....	319
2.	Prazos mínimos.....	322
3.	Divulgação de aviso de edital na modalidade pregão .....	323
4.	Modificações promovidas no instrumento convocatório .....	324

#### **Art. 40 ..... 326**

1.	Regulamento interno de licitações e contratos .....	326
2.	Glossário de expressões técnicas .....	327
3.	Cadastro de fornecedores .....	327
4.	Minutas-padrão de editais e contratos.....	328
5.	Procedimentos de licitação e de contratação direta.....	328
6.	Fase externa.....	329
7.	Contratações diretas.....	333
8.	Tramitação de recursos.....	334
9.	Formalização de contratos .....	334
10.	Gestão de contratos.....	334
11.	Fiscalização de contratos .....	335
12.	Aplicação de penalidades.....	335
13.	Recebimento do objeto do contrato.....	336
14.	Outros tópicos aplicáveis à composição do regulamento .....	336
14.1	Fase interna do procedimento licitatório .....	336
14.2	Pesquisa de preços.....	339
14.3	Impugnação e pedido de esclarecimento.....	339
14.4	Sistema de registro de preços.....	340
14.5	Adesão à ata de registro de preços .....	341
14.6	Pré-qualificação.....	341
14.7	Garantia .....	341
14.8	Tratamento privilegiado a entidades de menor porte .....	342
14.9	Disponibilização na internet.....	342

#### **Art. 41..... 343**

1.	Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade (art. 89).....	343
2.	Frustrar ou fraudar competição (art. 90) .....	347
3.	Patrocínio direto ou indireto de interesse privado (art. 91) .....	350
4.	Modificação ou vantagem contratual na fase de execução (art. 92) .....	351
5.	Impedir, perturbar ou fraudar atos do procedimento licitatório (art. 93).....	353
6.	Devassar o sigilo de proposta apresentada (art. 94) .....	354

7.	Afastar ou procurar afastar licitantes por meios ilegais (art. 95).....	355
8.	Fraudar licitação (art. 96).....	356
a)	Elevação arbitrária de preços .....	356
b)	Venda, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada ou deteriorada .....	359
c)	Entrega de uma mercadoria por outra .....	359
d)	Alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida .....	360
e)	Ação que torne, por qualquer modo e injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato .....	360
9.	Contratar com quem foi declarado inidôneo (art. 97) .....	361
10.	Frustrar a participação em licitação (art. 98) .....	363
11.	Aplicação de multa (art. 99) .....	364

### Seção III

<b>Das Normas Específicas para Obras e Serviços .....</b>	<b>366</b>
---	------------

<b>Art. 42.....</b>	<b>366</b>
---------------------	------------

<b>Art. 43.....</b>	<b>369</b>
---------------------	------------

1.	Regimes de execução indireta.....	370
2.	Empreitada por preço unitário .....	371
3.	Empreitada por preço global .....	372
4.	Empreitada integral .....	374
5.	Tarefa.....	375
6.	Aceitação das propostas de preço nos regimes de empreitada por preço unitário e tarefa.....	375
7.	Aceitação de propostas de preço nos regimes de empreitada por preço global e de empreitada integral.....	377
8.	Contratação semi-integrada.....	378
9.	Regime de contratação integrada.....	380
10.	Anteprojeto.....	383
11.	Matriz de riscos.....	386
12.	Julgamento de propostas nos regimes de contratação integrada e semi-integrada.....	391
13.	Estimativa de custos nos regimes de contratação integrada e semi-integrada .....	392
14.	Estudos técnicos preliminares e de viabilidade técnica.....	394
15.	Estudos técnicos preliminares .....	394
16.	Estudo de viabilidade técnica .....	395
17.	Projeto básico.....	396
18.	Contratação do projeto básico e do anteprojeto .....	400
19.	Projeto executivo .....	401

<b>Art. 44.....</b>	<b>404</b>
---------------------	------------

1.	Impedimentos.....	404
2.	Autores do projeto básico, anteprojeto e termo de referência.....	405

3.	Contratação de pessoa, física ou jurídica, para exercer funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento .....	405
4.	Participação de empresa cujo sócio seja associado ao autor do projeto básico em outra sociedade empresarial.....	406
5.	Pessoa jurídica participante de consórcio responsável pela elaboração do anteprojeto ou do projeto básico.....	408
6.	Administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio.....	408
7.	Relação de parentesco entre o sócio de empresa licitante e o autor do projeto básico ou anteprojeto .....	408
8.	Projeto executivo .....	410
9.	Empregados incumbidos de levar a efeito atos e procedimentos realizados pela empresa estatal.....	410

<b>Art. 45.....</b>	<b>412</b>
---------------------	------------

<b>Art. 46.....</b>	<b>417</b>
---------------------	------------

1.	Contratação de mais de uma empresa ou instituição para executar o mesmo serviço .....	417
2.	Procedimento licitatório e credenciamento.....	418

#### Seção IV

<b>Das Normas Específicas para Aquisição de Bens .....</b>	<b>420</b>
--	------------

<b>Art. 47 .....</b>	<b>420</b>
----------------------	------------

1.	Aquisição de bens (compra) .....	420
2.	Indicação de marca ou modelo .....	422
3.	Indicação de marca ou modelo para o efeito de padronização .....	422
4.	Única marca ou modelo capaz de atender ao objeto do contrato .....	423
5.	Indicação de marca necessária à compreensão do objeto .....	424
6.	Exigência de amostra do bem no procedimento de pré-qualificação.....	425
7.	Exigência de amostra do bem na fase de julgamento das propostas ou de lances.....	425
8.	Direito à contraprova .....	426
9.	Efeito da não apresentação da amostra.....	427
10.	Certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação .....	428
11.	Exigência de caráter ambiental .....	434

<b>Art. 48.....</b>	<b>435</b>
---------------------	------------

#### Seção V

<b>Das Normas Específicas para Alienação de Bens.....</b>	<b>438</b>
---	------------

<b>Art. 49 .....</b>	<b>438</b>
----------------------	------------

1.	A regra geral de licitar para a alienação de bens .....	438
2.	Afastamento da regra da licitação nas alienações de bens.....	439
3.	Outras hipóteses de afastamento da regra geral da licitação nas alienações de bens.....	439
4.	Avaliação formal do bem .....	440
5.	Afastamento da avaliação formal do bem .....	441

<b>Art. 50.....</b>	<b>442</b>
---------------------	------------

## Seção VI

<b>Do Procedimento de Licitação</b> .....	445
<b>Art. 51</b> .....	445
1. Preparação da licitação.....	445
2. Divulgação .....	448
3. Apresentação de lances ou propostas.....	449
4. Julgamento .....	449
5. Verificação de efetividade dos lances ou propostas .....	450
6. Negociação .....	450
7. Habilitação .....	451
8. Interposição de recursos.....	451
9. Adjudicação do objeto .....	451
10. Homologação do resultado ou revogação do procedimento licitatório.....	452
11. Fase externa da licitação (art. 51 da Lei nº 13.303/16) na forma eletrônica.....	453
12. Inversão de fases.....	455
13. Contratação de obra de engenharia.....	456
14. Condução do procedimento licitatório .....	456
15. Segregação de funções .....	458
16. Profissionalização .....	459
<b>Art. 52</b> .....	460
<b>Art. 53</b> .....	460
1. Modos de disputa .....	460
1.1 Modo de disputa aberto .....	461
1.2 Modo de disputa fechado .....	462
2. Escolha do modo de disputa.....	462
3. Combinação dos modos de disputa.....	463
4. Lances intermediários.....	464
5. Intervalo mínimo de diferença entre lances.....	464
6. Definição das demais colocações.....	467
<b>Art. 54</b> .....	468
1. Critério de julgamento de lances ou propostas.....	469
2. Critério de julgamento baseado no menor preço.....	470
3. Menor taxa de administração .....	470
4. Critério de julgamento baseado no maior desconto .....	473
5. Desconto linear em planilhas de formação de custos .....	474
5.1 Termos aditivos.....	475
6. Critério de julgamento baseado na combinação técnica e preço.....	476
7. Critério de julgamento baseado na melhor técnica.....	479

8.	Critério de julgamento baseado no melhor conteúdo artístico .....	480
9.	Critério de julgamento baseado na maior oferta de preço .....	481
10.	Critério de julgamento baseado no maior retorno econômico .....	482
11.	Critério de julgamento baseado na melhor destinação de bens alienados .....	485
<b>Art. 55</b> .....		487
1.	Preferência para entidades de menor porte .....	487
2.	Novas propostas fechadas .....	488
3.	Desempenho contratual precedente.....	488
4.	Lei de informática e automação e Lei nº 8.666/93 .....	488
5.	Sorteio.....	490
<b>Art. 56</b> .....		491
1.	Verificação de efetividade da proposta.....	492
2.	Presença de vícios insanáveis.....	493
3.	Descumprimento de especificações técnicas previstas no instrumento convocatório .....	496
4.	Notas e conceitos sobre propostas técnicas .....	497
5.	Preços manifestamente inexequíveis .....	498
6.	Desclassificação de lances ou propostas que se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação.....	501
7.	Desclassificação de lances ou propostas na modalidade de pregão.....	501
8.	Regimes de empreitada por preço global e empreitada integral .....	502
9.	Regimes de empreitada por preço unitário e tarefa .....	503
10.	Não comprovação da exequibilidade da proposta ou lance .....	504
11.	Inexequibilidade de itens da planilha de formação de custos .....	506
12.	Acomodação de propostas.....	508
13.	Erro no preenchimento de planilha de composição de custos.....	508
14.	Questões envolvendo a análise de propostas .....	509
<b>Art. 57</b> .....		511
1.	Fase da negociação.....	511
2.	Revogação da licitação caso as propostas permaneçam acima do valor estimado.....	512
3.	Apresentação de outras propostas na modalidade de pregão.....	512
<b>Art. 58</b> .....		515
1.	Rol exaustivo de requisitos de habilitação.....	515
2.	Documentos aptos a comprovar a possibilidade de aquisição de direitos e da contratação de obrigações por parte do licitante.....	516
3.	Qualificação técnica do licitante .....	518
4.	Apresentação de atestados .....	519
5.	Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional competente .....	520
6.	Capacidade econômica e financeira do licitante .....	524
7.	Relação de compromissos assumidos .....	524

8.	Balço patrimonial.....	525
9.	Aprovaço do balço patrimonial e demais demonstraçoõs contábeis .....	525
10.	Índices de qualificação econômica e financeira.....	526
11.	Capital integralizado mínimo.....	528
12.	Declaraço de Habilitaço Profissional – DHP em documentos contábeis dos licitantes .....	529
13.	Certidão negativa de falência ou de execuço patrimonial.....	530
14.	Contrataço de sociedades empresárias em recuperaço judicial ou extrajudicial .....	531
15.	Licitaço dividida em itens ou lotes (grupos).....	533
16.	Comprovaço da regularidade fiscal do licitante .....	533
17.	Requisitos previstos em normas esparsas .....	536
18.	Recolhimento de quantia a título de adiantamento .....	539
19.	Requisitos de habilitaço exigíveis na modalidade do pregão.....	541
20.	Regularidade trabalhista.....	542
21.	Impedimento para participar de licitaço e contratar com empresa estatal.....	543
<b>Art. 59</b> .....		544
1.	Fase recursal única .....	544
2.	Acesso aos autos do processo.....	544
3.	Competência para o julgamento de recurso.....	545
4.	Prazo para julgamento do recurso.....	545
5.	Inversão de fases.....	546
6.	Consequências da supressão do prazo legal para a interposiço de recurso .....	547
<b>Art. 60</b> .....		548
<b>Art. 61</b> .....		549
<b>Art. 62</b> .....		550
1.	Revogaço da licitaço .....	550
2.	Revogaço da licitaço em razão do valor da proposta ou lance .....	551
3.	Revogaço da licitaço em decorrência da não assinatura do termo de contrato .....	551
4.	Nulidade .....	552
5.	Nulidade dos atos geradores do vício.....	553
6.	A nulidade do contrato, precedido ou não de licitaço, e a obrigaço de indenizar .....	556
7.	Manifestaço prévia dos licitantes acerca da revogaço e da anulaço.....	563
Seção VII		
<b>Dos Procedimentos Auxiliares das Licitaçoõs</b> .....		565
<b>Art. 63</b> .....		565
<b>Art. 64</b> .....		566
1.	Diretrizes aplicáveis à pré-qualificação permanente.....	566
2.	Edital de chamamento público .....	567
3.	Requisitos de habilitaço .....	568



4.	Pré-qualificação de bens.....	571
5.	Amostra .....	572
6.	Licitação restrita a pré-qualificados.....	572
<b>Art. 65</b> .....		574
1.	Cadastramento ou registro cadastral.....	574
2.	Documento de habilitação desatualizado no registro cadastral.....	575
3.	Diretrizes aplicáveis ao cadastramento.....	576
4.	Prévia inscrição em registro cadastral para efeito de habilitação em licitação.....	577
5.	Registro da atuação do licitante no cumprimento de obrigações assumidas.....	577
6.	Descredenciamento de inscrito no registro cadastral .....	578
7.	Irregularidades nos procedimentos auxiliares de pré-qualificação e cadastramento .....	578
<b>Art. 66</b> .....		579
1.	Sistema de registro de preços.....	579
2.	Objetos do registro de preços .....	579
3.	Regulamentação.....	580
4.	Efetivação prévia de ampla pesquisa de mercado.....	580
5.	Utilização da modalidade de pregão para a formação do registro de preços .....	583
6.	Edital de licitação para o sistema de registro de preços .....	583
7.	Rotina de controle e atualização dos preços registrados .....	584
8.	Validade do registro.....	584
9.	Cadastro de reserva .....	585
10.	Não obrigatoriedade de contratar .....	586
11.	Ata de registro de preços.....	586
<b>Art. 67</b> .....		587
	Catálogo eletrônico de padronização .....	587
	REFERÊNCIAS .....	589
<b>Art. 68</b> .....		593

## COMENTÁRIOS – ARTIGOS 68-97

**JULIANO HEINEN**

### CAPÍTULO II

<b>DOS CONTRATOS</b> .....	593
----------------------------	-----

#### Seção I

<b>Da Formalização dos Contratos.....</b>		<b>593</b>
1.	Contratos administrativos e contratos da Administração .....	593
2.	Natureza jurídica dos contratos feitos pelas empresas estatais.....	596
3.	Conclusões .....	599

<b>Art. 69</b>	601
1. Regime jurídico das cláusulas contratuais imprescindíveis	602
2. Cláusulas necessárias dos contratos regidos pela Lei nº 13.303/16	604
2.1 Objeto e elementos característicos do contrato – Inciso I	605
2.2 Regime de execução ou a forma de fornecimento – Inciso II	605
2.3 Condições de pagamento, periodicidade e critérios de reajuste – Inciso III	605
2.4 Prazos, etapas e fases do adimplemento – Inciso IV	606
2.5 Garantias – Inciso V	606
2.6 Direitos e responsabilidades das partes contratantes e penalidades – Inciso VI	607
2.7 Alteração e rescisão contratual – Inciso VII	608
2.8 Vinculação ao instrumento convocatório – Inciso VIII	608
2.9 Necessidade de o contratado manter as condições de habilitação e as obrigações assumidas durante o ajuste – Inciso IX	609
2.10 Matriz de riscos – Inciso X	609
3. Contratos decorrentes de licitações de obras ou serviços de engenharia em que tenha sido adotado o modo de disputa aberto	611
4. Cláusula de eleição de foro	613
<b>Art. 70</b>	614
1. Introdução	614
2. As garantias da <i>Lei das Estatais</i> – Lei nº 13.303/16	615
3. Espécies de garantias	616
4. Limites normativos às garantias	617
<b>Art. 71</b>	620
<b>Art. 72</b>	622
<b>Art. 73</b>	623
<b>Art. 74</b>	625
1. Introdução	625
2. Acesso à informação pública	626
3. Todas as sociedades de economia mista e empresas públicas sujeitam-se à Lei nº 12.527/11?	627
4. Conhecimento dos termos do contrato e a obtenção de cópia autenticada de seu inteiro teor ou de qualquer de suas partes	630
5. Casos de sigilo	631
<b>Art. 75</b>	634
<b>Art. 76</b>	636
<b>Art. 77</b>	637
<b>Art. 78</b>	640

1. Requisitos à subcontratação.....	640
2. Vedações à possibilidade de subcontratação .....	642
3. Contratos personalíssimos .....	645
<b>Art. 79.....</b>	<b>646</b>
1. Precisão conceitual .....	646
2. Contratos de eficiência, com “cláusula de sucesso” ou com critério de “maior retorno econômico” .....	647
<b>Art. 80.....</b>	<b>651</b>
Seção II	
<b>Da Alteração dos Contratos .....</b>	<b>652</b>
<b>Art. 81.....</b>	<b>652</b>
1. Origem e perspectiva dogmática sobre a alteração dos contratos feitos pelas entidades da administração pública .....	653
2. Alteração bilateral dos contratos feitos pelas empresas estatais .....	654
3. Alcance do art. 81 .....	655
4. As hipóteses de alteração contratual admitidas .....	656
5. Limites das alterações contratuais .....	657
6. Reequilíbrio econômico-financeiro .....	659
Seção III	
<b>Das Sanções Administrativas .....</b>	<b>662</b>
<b>Art. 82.....</b>	<b>662</b>
<b>Art. 83.....</b>	<b>666</b>
1. Sanções administrativas aplicáveis a contratado .....	666
2. Espécies de sanções.....	667
3. Comunicação das penalidades ao cadastro de pessoas jurídicas punidas.....	670
<b>Art. 84.....</b>	<b>672</b>
CAPÍTULO III	
<b>DA FISCALIZAÇÃO PELO ESTADO E PELA SOCIEDADE .....</b>	<b>674</b>
<b>Art. 85.....</b>	<b>674</b>
1. Competência para fiscalizar as empresas estatais .....	675
2. Acesso aos dados das empresas estatais .....	677
<b>Art. 86.....</b>	<b>678</b>
1. Transparência das despesas relativas a licitações e contratos – Acesso e controle .....	679
2. Dados, informações ou documentos sigilosos .....	682
<b>Art. 87.....</b>	<b>684</b>

1. Competência para o controle de despesas e ônus da prova da legalidade na prestação de contas.....	685
2. Controle feito pelos cidadãos .....	686
3. Controle pelos licitantes.....	686
4. Providências que podem ser tomadas .....	687
<b>Art. 88.....</b>	<b>688</b>
<b>Art. 89.....</b>	<b>690</b>
<b>Art. 90.....</b>	<b>691</b>
TÍTULO III	
<b>DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS .....</b>	<b>693</b>
<b>Art. 91.....</b>	<b>693</b>
<b>Art. 92.....</b>	<b>696</b>
1. Registro das empresas estatais.....	696
2. Consequência jurídica do não atendimento a determinação de registro .....	697
<b>Art. 93.....</b>	<b>698</b>
1. Limites de gastos com publicidade .....	698
2. Gastos de publicidade no ano da eleição.....	699
<b>Art. 94.....</b>	<b>703</b>
<b>Art. 95.....</b>	<b>706</b>
<b>Art. 96.....</b>	<b>707</b>
<b>Art. 97.....</b>	<b>708</b>
REFERÊNCIAS .....	709

## ANEXOS

### MODELOS DE EDITAIS

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO (COMPRA).....	715
<b>EMPRESA PÚBLICA OU SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA .....</b>	<b>715</b>
1 – PREÂMBULO .....	715
2 – DO OBJETO .....	715
3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO .....	716
4 – DO CREDENCIAMENTO .....	717
5 – DO ENVIO DA PROPOSTA .....	717

6 – DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	719
7 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS/LANCES.....	721
8 – DA AMOSTRA.....	722
9 – DA HABILITAÇÃO.....	722
10 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	725
11 – DOS RECURSOS.....	726
12 – DO TERMO DE CONTRATO.....	726
13 – DO REAJUSTE DO VALOR CONTRATUAL.....	727
14 – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.....	727
15 – DO PAGAMENTO.....	727
16 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	727
17 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	728

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO – COMPRA – ART. 48, I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 (CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE ME, EPP E SOCIEDADE COOPERATIVA) .....	731
--	-----

<b>EMPRESA PÚBLICA OU SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA .....</b>	<b>731</b>
1 – PREÂMBULO.....	731
2 – DO OBJETO.....	732
3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.....	732
4 – DO CREDENCIAMENTO.....	733
5 – DO ENVIO DA PROPOSTA.....	733
6 – DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	735
7 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS/LANCES.....	736
8 – DA AMOSTRA.....	737
9 – DA HABILITAÇÃO.....	738
10 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	740
11 – DOS RECURSOS.....	740
12 – DO TERMO DE CONTRATO.....	741
13 – DO REAJUSTE DO VALOR CONTRATUAL.....	741
14 – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.....	741
15 – DO PAGAMENTO.....	741
16 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	741
17 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	743

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (COMPRA) .....	745
---	-----

<b>EMPRESA PÚBLICA OU SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA .....</b>	<b>745</b>
1 – PREÂMBULO.....	745

2 – DO OBJETO .....	745
3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO .....	746
4 – DO CREDENCIAMENTO .....	747
5 – DO ENVIO DA PROPOSTA .....	747
6 – DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	749
7 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS/LANCES .....	751
8 – DA AMOSTRA .....	752
9 – DA HABILITAÇÃO .....	752
10 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	755
11 – DOS RECURSOS .....	756
12 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	756
13 – DO TERMO DE CONTRATO .....	757
14 – DO REAJUSTE DO VALOR CONTRATUAL .....	757
15 – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO .....	757
16 – DO PAGAMENTO .....	758
17 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	758
18 – ENTIDADES PARTICIPANTES (se for o caso) .....	759
19 – ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	759
20 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	759

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS) .....	761
--	-----

<b>EMPRESA PÚBLICA OU SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA .....</b>	<b>761</b>
1 – PREÂMBULO .....	761
2 – DO OBJETO .....	761
3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO .....	761
4 – DO CREDENCIAMENTO .....	763
5 – DO ENVIO DA PROPOSTA .....	763
6 – DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES .....	764
7 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS/LANCES .....	767
8 – DA HABILITAÇÃO .....	768
9 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS .....	771
10 – DOS RECURSOS .....	771
11 – DO TERMO DE CONTRATO .....	772
12 – DA REPACTUAÇÃO DO VALOR CONTRATUAL .....	772
13 – DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO .....	772
14 – DO PAGAMENTO .....	772
15 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	772
16 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	774

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL – COMPRA .....	775
<b>EMPRESA PÚBLICA OU SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA .....</b>	<b>775</b>
1 – PREÂMBULO .....	775
2 – DO OBJETO .....	775
3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO .....	775
4 – DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO .....	776
5 – DA APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE CONTENDO A PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE Nº 1) E OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2) .....	777
6 – REQUISITOS DA PROPOSTA DE PREÇO .....	778
7 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS/LANCES .....	780
8 – DA AMOSTRA .....	782
9 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO .....	783
10 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS OU PROVIDÊNCIAS .....	785
11 – DOS RECURSOS .....	786
12 – DO TERMO DE CONTRATO .....	786
13 – DO REAJUSTE DO VALOR CONTRATUAL .....	787
14 – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO .....	787
15 – DO PAGAMENTO .....	787
16 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	787
17 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	788
 EDITAL PREGÃO PRESENCIAL – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS .....	 791
<b>EMPRESA PÚBLICA OU SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA .....</b>	<b>791</b>
1 – PREÂMBULO .....	791
2 – DO OBJETO .....	791
3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO .....	791
4 – DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO .....	793
5 – DA APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE CONTENDO A PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE Nº 1) E OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2) .....	793
6 – REQUISITOS DA PROPOSTA DE PREÇO .....	795
7 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS/LANCES .....	796
8 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO .....	798
10 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS OU PROVIDÊNCIAS .....	801
11 – DOS RECURSOS .....	802
12 – DO TERMO DE CONTRATO .....	802
13 – DO REAJUSTE DO VALOR CONTRATUAL .....	803
14 – DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO .....	803
15 – DO PAGAMENTO .....	803
16 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	803
17 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	804